



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
Avenida Antônio da Rocha Viana, n. 1.389 - Bairro Isaura Parente - CEP 69918-308 - Rio Branco - AC - <http://www.tre-ac.gov.br>

PROCESSO : 0000621-22.2020.6.01.8000
INTERESSADO : Escola Judiciária Eleitoral
ASSUNTO : Inexigibilidade para contratação. Curso Crimes e Processo Penal Eleitoral.

Decisão nº 439 / 2020 - PRESI/DG/GADG

Veio-me o procedimento em referência para a ratificação do ato de autorização de despesa da lavra do titular da Secretaria de Administração e Orçamento (0355260), por meio do qual reconheceu a situação de inexigibilidade para contratação da empresa **EDSON RESENDE CURSOS E PALESTRAS LTDA – ME**, para capacitação de até 70 participantes (Juizes Membros, Juizes Eleitorais, promotores e servidores), no curso **Crimes e Processo Penal Eleitoral**, conforme evento n. 0352576.

2. A SPEO atestou que há saldo orçamentário (0353688).

3. A Assessoria de Licitação, por meio do Parecer ASLIC 0354739, manifestou-se pela contratação, com fundamento no [art. 25](#), da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#).

4. Diante desse quadro, o Secretário de Administração e Orçamento autorizou a despesa, momento em que submete o ato a ratificação desta Diretoria Geral, conforme previsto no [art. 3º, II, da Portaria Presidência nº 265/2019 PRESI/GAPRES](#).

5. Desse modo, por concordar com a situação que dispensa o procedimento licitatório, **RATIFICO** a autorização lavrada na Decisão 437 (0355260), o que faço com arrimo no [art. 26, caput, da Lei 8.666/93](#) e na [Portaria Presidência nº 265/2019 PRESI/GAPRES](#).

6. Publicação dispensada, conforme determinação do item 9.2 do Acórdão TCU nº 1336/2006 - Plenário, senão vejamos:

A eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei nº 8.666/1993, de que trata o art. 24, incisos III a XX IV, e art. 25 da Lei nº 8.666/1993, está condicionada a sua publicação na imprensa oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos arts. 24, incisos I e II, da lei mencionada.

7. Remeta-se o feito à **SPEO**, para empenhar, bem como para incluir na observação da nota, que o modo de execução da aquisição, pagamento, obrigações da contratante e contratada, sanções administrativas e demais obrigações da contratação, seguem o regramento descrito na proposta, que integra a nota, independente de transcrição, conforme orientação da ASLIC. Por fim, concomitantemente, **ao gestor do contrato** (servidora *Deborah Karen Cavalcante Costa*) e à **Presidência**, conforme letra "c", "c.2", da parte final do Despacho EJE 0352576.



Documento assinado eletronicamente por **JONATHAS SANTOS ALMEIDA DE CARVALHO**, **Diretor Geral**, em 04/06/2020, às 15:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0355451** e o código CRC **823722D3**.